

A Chapa 12 e Coletivo “Psicologias em Movimento” traz uma proposta dinâmica no cenário da Psicologia baiana, por acreditar na necessidade de construção de um projeto ético-político para a profissão que contemple as pautas mais atuais e a luta por melhores caminhos à nossa categoria nos diferentes territórios da Bahia. Nesse sentido, os doze princípios que orientam a construção deste projeto, bem como as propostas elencadas nesta carta, podem e devem se desdobrar em outros movimentos, congregando psicólogas e psicólogos do estado da Bahia na tarefa de dar continuidade a práticas que comungam com o movimento democrático da Psicologia e de construir outros caminhos possíveis para assegurar o bom exercício de nossa profissão!

1. Independência

É preciso movimentar a Psicologia de maneira independente, sem amarras a propostas que nos limitem aos movimentos pré-existentes que nos impeçam de pensar de maneira livre, sem, contudo, deixar de estar atenta com a realidade de nossa categoria e com a conjuntura sócio-político-econômica de nosso país. **Portanto, nos posicionamos como coletivo independente, sem vinculação sistemática a outros coletivos e/ou grupos da Psicologia.**

Propostas:

- Seguir as deliberações do 10º Congresso Nacional de Psicologia (CNP) e do 10º Congresso Regional de Psicologia da Bahia (COREP/BA), permanecendo atentas/os aos anseios da categoria e às necessidades da sociedade civil, em termos do permanente exercício técnico e ético da Psicologia.

2. Autonomia

É preciso movimentar a Psicologia de maneira autônoma, onde as pautas e lutas possam ser escolhidas a partir do que melhor tonifica e assegura o bom exercício de nossa profissão, sem correntes que nos prendam a decisões verticais, que pouco ou nada reflitam acerca de realidade da Psicologia em seus múltiplos contextos. **Logo, nos posicionamos como coletivo autônomo, com liberdade para a escolha de seus passos, pautas, lutas e articulações políticas junto à categoria que ensinamos representar.**

Propostas:

- Pautar e lutar no Sistema Conselhos a partir do que assegure o bom exercício da profissão, orientando as nossas posições no sentido da defesa de pautas estratégicas e demandadas pela nossa categoria e pela sociedade civil;
- Estabelecer uma estrutura de Gestão Participativa, mantendo um Coletivo Ampliado com formação política para a construção de ações do CRP/03-BA;
- Instituir comissões específicas para acompanhar o cumprimento das deliberações do 10º. CNP e do 10º COREP, buscando garantir a efetivação destas mesmas deliberações.

3. Regionalidade

É preciso movimentar a Psicologia a partir de suas realidades regionais, tendo sempre em vista que, como categoria, somos uma unidade nacional, mas que resguardamos nossas especificidades e territorialidades a partir de cada estado brasileiro onde a Psicologia se constrói diariamente. **Assim, nos posicionamos como coletivo regional baiano, atento às vicissitudes da prática profissional em nosso estado, no interior e na capital.**

Propostas:

- Aumentar o número de profissionais orientadores fiscais da COF, no interior, através de concurso público, com a finalidade de promover ações diversas, incluindo realizações de oficinas sobre avaliação psicológica, produção de documentos psicológicos e atendimentos online, entre outros.

- Investir em tecnologias e em profissionalização do Conselho, possibilitando a qualificação dos mecanismos de transmissões online do CRP-03.
- Manter a execução do Projeto Memórias da Psicologia, em respeito ao investimento público já executado, conforme deliberações do 9º COREP/BA do 9º CNP, com possibilidade de ampliação das suas atividades, no intuito de resgatar a memória da Psicologia na Bahia, para fins de valorização histórica e viabilidade de pesquisas e publicação no campo.
- Ampliar o apoio aos GTIs, oferecendo os devidos suportes físicos e estruturais e de custeio de ações diversas, promovendo formação e estimulando a expansão dos GTs temáticos.

4. Interiorização

É preciso movimentar a Psicologia em toda a extensão do território baiano, ampliando as ações políticas, formativas, orientadoras e fiscais do Sistema Conselhos a todos os cantos deste nosso estado. **Desta forma, nos posicionamos a favor da garantia da interiorização como princípio ético-político da Psicologia, no sentido de produzir, junto às psicólogas e aos psicólogos de todo o território baiano, vez e voz na construção do bom exercício de nossa profissão.**

Propostas:

- Estimular a criação de Grupos de Trabalho de Psicologia e Políticas Públicas em todas as regiões da Bahia, demarcadas pelo CRP-03;
- Ampliar o Projeto “CRP-03 Itinerante”, garantindo assim a aproximação da categoria com o Sistema Conselhos na Bahia.
- Garantir que a composição da/s chapa/s dos próximos pleitos eleitorais, para as novas gestões do CRP03, tenham 50% do seu quantitativo vinculado a profissionais das regiões/territórios de identidade, fortalecendo a interiorização;
- Garantir a ampliação e implementação de uma Política de Interiorização abrangente, com o intuito de descentralizar serviços, ações e deliberações do CRP-03 nas ações do Conselho Itinerante e Plenária Itinerante, para melhor atender à categoria.
- Interiorizar a Assembleia Geral do CRP-03 por meio de pré-assembleias nas regiões e transmissão online nas subsedes. Nas pré-assembleias, serão debatidos os temas pertinentes às regiões e onde há grupos regionais específicos; permitindo a participação de 01 (um) representante de cada região na Assembleia Geral e a transmissão online da mesma.
- Realizar seminários descentralizados com temáticas que contemplem as realidades de cada região do estado para profissionais, estudantes e sociedade em geral.
- Efetivar a interiorização do CRP-03 por meio de realização de eventos, de investimentos em estrutura físico-material, de recursos humanos, viabilizando a implantação de subsede física e oferecendo condições para desenvolvimento qualificado da interiorização, a partir da avaliação de critérios específicos e respeitada dotação orçamentária.

5. Diversidade e Combate às Opressões e às Desigualdades Sociais

É preciso movimentar a Psicologia abarcando sempre a sua riqueza e a sua pluralidade, na diversidade de identidade das/os profissionais, nas suas interfaces teórico-metodológicas, e em seus aspectos territoriais e socioculturais. No mesmo passo, é preciso combater toda e qualquer forma de opressão que se utilize da Psicologia para a manutenção de mecanismos de subjugação. **Desta feita, nos posicionamos como um coletivo diverso, na composição identitária de suas/seus integrantes, que valoriza a inserção de psicólogas e psicólogos em seus múltiplos campos de atuação, bem como nos posicionamos como um coletivo feminista, antirracista e contrário a todas as formas de lesbohomotransfobia e demais opressões que se incutem no cotidiano das práticas psicológicas e sociais.**

Propostas:

- Dar visibilidade e contribuir com Coletivos que tenham a participação de Psicólogas/os de diferentes lugares

sociais/identidades (gênero, raça, classe social, geração, sexualidades, deficiências, territorialidades, etc.), valorizando a diversidade existente na categoria;

- Valorizar a inserção de psicólogas/os em seus múltiplos campos de atuação, visibilizar as diferentes Psicologias e promover o debate e problematização de todas as práticas nos diferentes campos de atuação, à luz do Código de Ética e Resoluções da Psicologia;
- Posicionar como um coletivo feminista, antirracista e contrário a todas as formas de lesbohomotransfobia e demais opressões que incutem no cotidiano das práticas psicológicas e sociais;
- Garantir a Comissão Regional de Psicologia na Assistência Social - COREPAS - enquanto Comissão Permanente do CRP-03.

6. Laicidade da Psicologia

É preciso movimentar a Psicologia mantendo o respeito ao exercício das diferentes designações religiosas, mas sem autorizar que estas se apresentem como imposições ao modo de agir e de construir a Psicologia na Bahia e no Brasil. **Portanto, nos posicionamos em favor do respeito ao exercício da espiritualidade como direito inalienável a todas as pessoas, mas tão fortemente nos posicionamos contrária/os a toda e qualquer forma de imposição ou intolerância religiosa nas práticas psicológicas e sociais.**

Propostas:

- Reforçar o caráter laico da Psicologia Brasileira, conforme o Código de Ética e as decisões dos COREPs e CNPs.
- Defender o respeito ao exercício da livre espiritualidade e religiosidade, se posicionando contrárias/os a toda e qualquer forma de imposição ou intolerância religiosa nas práticas psicológicas e sociais;
- Defender a laicidade dos saberes e práticas psicológicas, bem como do Estado, enfrentar o fundamentalismo religioso, promover ações formativas e psicoeducativas, entre outros.

7. Ética e Zelo com a Coisa Pública

É preciso movimentar a Psicologia tendo sempre como premissa básica a Ética e a lisura com o bem comum, a coisa pública, tendo em vista a importância que é o olhar atento a como nós, profissionais, temos exercido nossa profissão pautada em nosso Código de Ética e nas demais resoluções, assim como bem manejar os recursos investidos por nossa categoria no asseguramento do Sistema Conselhos como dispositivo público atento e atuante junto ao exercício e às pautas de nossa profissão. **Assim, nos posicionamos afinadas/os com a necessidade do compromisso ético com a Psicologia e do zelo no trato com a coisa pública.**

Propostas:

- Construir estratégias de ampliação e ações de orientação e fiscalização da COF no interior do Estado, sobretudo no âmbito das políticas públicas, realizando também atividades de mobilização e orientação nas instituições públicas que prestem diferentes serviços em psicologia para realizar cadastro junto ao CRP, com o objetivo de potencializar as ações de fiscalização nestas instituições.
- Ampliar a orientação e a fiscalização no âmbito de Psicologia do Trânsito, considerando a resolução do CONTRAN e a portaria de credenciamento dos departamentos de trânsitos Estaduais.
- Criar estratégias de comunicação ativa e dinâmica do CRP com a categoria profissional para garantir a efetividade do alcance das informações, incluindo e aprimorando o uso de tecnologias de informação (ferramentas digitais como whatsapp/redes sociais), ampliando canais de dúvidas e sugestões e enviando materiais informativos e de orientação com frequência para que, desta forma, as/os psicólogas/os possam ser constantemente atualizadas/os sobre o exercício profissional.
- Garantir a continuidade de todas as comissões vigentes, incluindo as de caráter provisório: Comissão de Educação (CEDUC), Comissão Regional de Psicologia na Assistência Social (COREPAS), Comissão de Psicologia Organizacional do Trabalho (COMPOT), Comissão de Mobilidade Humana e Trânsito, Comissão de Orientação e Fiscalização (COF), Comissão de Interiorização (COMINTER), Comissão de Formação, Comissão de Saúde, Comissão de Direitos Humanos (CDH), Comissão de Ética (COE), Comissão de Auditoria e Controle Interno, Comissão de Título de Especialista, Comissão de Licitação, Comissão de Políticas Públicas, Comissão de Comunicação, Comissão de Cadastro de Psicólogas para Atendimento Online bem como outras que possam ser criadas na Gestão do XV Plenário. Garantir também, por conseguinte, a manutenção de suas atividades para o próximo triênio, de modo que as mesmas continuem atuando com princípios democráticos.
- Monitorar, a partir dos relatórios de gestão, as propostas aprovadas e/ou efetivadas, identificando as ações que

precisam ser continuadas e/ou executadas conforme deliberado pelos CNPs e COREPs anteriores (instâncias nacional e regional de diálogo democrático entre categoria e sociedade).

- Criar e expandir estratégias de comunicação entre o plenário, categoria e sociedade, através de uma política de comunicação institucional, investindo na utilização de novas tecnologias (ex.: chat, whatsapp) e tecnologias clássicas (ex.: mídias televisivas), proporcionando maior acessibilidade e inclusão digital, mantendo como princípio os Direitos Humanos, destacando o viés de gênero e raça no CRP03.

8. Defesa da Psicologia como Ciência e Profissão

É preciso movimentar a Psicologia compreendendo o sentido polissêmico que esta assume, seja para nossa categoria, seja para a sociedade como um todo. Logo, acreditamos que a Psicologia necessita ser continuamente construída e garantida como campo de saber científico rico e criterioso, bem como um campo de prática instituído e continuamente remodelado, em constante (re)construção junto a outras categorias que, conosco, seguem diariamente contando e recontando sua trajetória. **De tal forma, nos posicionamos em favor da defesa da Psicologia em seu caráter de Ciência, bem como de Profissão.**

Propostas:

-Realizar campanhas de orientação à sociedade acerca do papel da/o profissional de Psicologia a nível estadual e federal, demonstrando a importância da inserção desse profissional nos mais diversos âmbitos, além de desmistificar ideias preconceituosas que permeiam nosso fazer.

- Realizar fiscalização e orientação do exercício profissional dos psicólogos em clubes, federações, escolas esportivas e equipes de esportes eletrônicos, tendo por base as leis e regulamentos desportivos

- Construir espaços de discussão para orientação dos profissionais que atuam em equipes multiprofissionais acerca da nova resolução sobre elaboração de documentos no campo de atuação.

- Promover ações de articulação com as IES, ampliando e efetivando a orientação junto as(os) professoras(es) supervisoras(es) de estágios, coordenadoras(es) e discentes de psicologia, a fim de adequar os parâmetros éticos, estreitando a participação de estudantes nos espaços e ações do CRP03 e divulgando científicos e o papel da (o) psicóloga(o) nos diversos campos de atuação, pautando-se no compromisso social. que tenham o curso de psicologia, uma agenda conjunta e permanente de atividades para a difusão do programa de orientação do Conselho.

- Identificar e monitorar os espaços de controle social alinhados com suas pastas, visando inserção de representação institucional de psicologia, mapeando todas/os as/os profissionais de psicologias que já estão inseridos nesses espaços (ainda que não indicados pelo Sistema Conselhos de Psicologia) bem como avaliar as representações consolidadas para fiscalizar e garantir o compromisso ético-político com os princípios da psicologia e da gestão.

- Propor a criação de GT que discuta a psicologia em interface com a justiça na atuação das/os psicólogas/os.

- Articular, através da Comissão de Formação, com as instituições de ensino para garantir um processo formativo ético, crítico, comprometido com a realidade social e os Direitos Humanos, a partir das normativas da categoria profissional, posicionando-se contra a graduação semipresencial ou à distância.

- Proporcionar espaços de produção teórica, discussão, eventos e GTs que debatam as temáticas de racismo institucional, saúde mental da população negra, indígena, dentre outras comunidades tradicionais, bem como temas transversais que atravessam as vivências dessas populações, no intuito de estimular o desenvolvimento de uma categoria antirracista, não sexista e não classista, através de encontros regionais, seminários dentre outros, em articulação com as IES.

- Criar estratégias de diálogo junto à rede de serviços públicos locais de Educação no sentido de articular/garantir a participação de Psicólogas(os) nos espaços de controle social, no âmbito educacional.

- Atuar de modo a garantir às/os psicólogas/os o acesso e participação a ações e materiais de referência para atuação nos espaços educacionais, buscando problematizar e romper com lógicas normativas e individualizantes presentes em nossas atuações, reiterando o compromisso desta autarquia com uma educação pública, gratuita, crítica e laica.

- Priorizar a pauta da Psicoterapia como prática privativa da/o psicóloga/o, em defesa da categoria e de seu bom exercício profissional

9. Defesa e Garantia das Políticas Públicas

É preciso movimentar a Psicologia no sentido de defender a garantia das Políticas Públicas já conquistadas arduamente na história do povo baiano e brasileiro, a exemplo de nosso Sistema Único de Saúde (SUS) e de nosso Sistema Único de Assistência Social (SUAS), entre tantos outros programas e políticas onde as psicólogas e os psicólogos encontram não apenas o seu campo de prática, mas seu espaço de reconhecimento profissional e militância. **Desta feita, nos posicionamos em favor da defesa e da garantia das Políticas Públicas, posta a sua relevância para a Psicologia baiana e brasileira, bem como a sua extrema importância no cuidado e na assistência à população. Este posicionamento inclui pleno apoio à permanência do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), importante instrumento para a qualificação da prática profissional.**

Propostas:

- Estabelecer e estruturar mecanismos para o diálogo com a categoria, promovendo a atuação ética, comprometida com os Direitos Humanos e o compromisso social da Psicologia;
- Fortalecer ações da Comissão de Direitos Humanos, incentivar a criar e manter grupos de trabalho em diferentes cidades da Bahia;
 - Realizar articulações com o Sistema de Justiça para explicações sobre o fluxo de atendimento e definições das funções técnicas das/os Psicólogas/os do SUAS frente às demandas do Judiciário;
 - Articular, em parceria como Núcleo ABEP/BA, mecanismos de interlocução entre psicólogos/as que atuam nas Políticas Públicas, gestores, Sistemas Conselhos e IES, colaborando com a formação em Psicologia com normativas e referenciais teóricos e técnicos sobre a atuação da/o psicólogas/os no respeito e garantia dos direitos humanos e de uma atuação ética, dialogando também a respeito da importância de estágios e extensões em áreas emergentes, como Psicologia do Esporte, do Trânsito, de Gênero, de Identidade de Gênero e Sexualidade, Políticas Públicas, Psicologia no contexto de desastres e emergências.
 - Construir estratégias de ampliação e ações de orientação e fiscalização da COF no interior do Estado, sobretudo no âmbito das políticas públicas. Realizando também atividades de mobilização e orientação nas instituições públicas que prestem diferentes serviços em psicologia para realizar cadastro junto ao CRP com o objetivo de potencializar as ações de fiscalização nestas instituições.
 - Estabelecer espaços de diálogos com os conselhos de classe para fortalecer a atuação das equipes interdisciplinares, programas e projetos das políticas públicas, em especial a assistência social que tenham como prerrogativa o trabalho interdisciplinar
 - Fortalecer e ampliar a discussão através das comissões existentes no CRP03 sobre o saber-fazer da atuação da psicóloga sobre as políticas públicas de assistência social, saúde, educação, bem como políticas criminais.
 - Qualificar o exercício profissional, criando referências técnicas do CREPOP para atuação com os povos indígenas, propor espaços de debate e formação sobre atuação de psicólogas/os no subsistema de atenção à saúde indígena do SUS (SASI/SUS) e ampliar o dispositivo do CRAS volante com parcerias interinstitucionais, a exemplo do DSEI/BA, para promover ações territorializadas em comunidades indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais na promoção de direitos e no exercício da cidadania.
 - Garantir, por meio de comissões, a participação social da psicologia nas instâncias representativas e de controle social das Políticas Públicas (conselhos, conferências, fóruns, entre outros) para a defesa dos direitos sociais e humanos, assegurando um alinhamento institucional de seus representantes em relação às legislações concernentes à psicologia e aos princípios da gestão.
 - Apoiar e/ou reafirmar a importância da manutenção da Política Nacional para a População em Situação de Rua, em especial no tocante à saúde mental, através de campanhas sobre a abordagem e o cuidado dessas populações, em diálogo com outras categorias profissionais, instituições e áreas do conhecimento.

10. Defesa e Promoção dos Direitos Humanos

É preciso movimentar a Psicologia sem esquecer que ainda convivemos com inúmeras pessoas que são agredidas em seus direitos inalienáveis cotidianamente, quais sejam os direitos à vida, à liberdade, à liberdade de opinião e de expressão, ao trabalho e à educação, entre tantos outros. **Posto isto, nos posicionamos como coletivo atuante no sentido da defesa e da promoção dos Direitos Humanos a todas as pessoas, mas ainda mais**

particularmente àquelas que deles necessitam para verem assegurada a sua própria existência.

Propostas:

- Garantir que as Resoluções do Sistema Conselhos de Psicologia do Brasil sejam efetivadas e mantidas, considerando que foram construídas coletivamente por plenários eleitos em processos democráticos e versam pela Promoção e Defesa dos Direitos Humanos em consonância com o Código de Ética Profissional, investindo em publicidade e historicidade do processo de construção das mesmas.
- Articular e apoiar a criação de Mecanismos de prevenção e combate à tortura em todas as Unidades Federativas, bem como a articulação com os Conselhos Estaduais de Prevenção e Combate à Tortura.
- Garantir o fortalecimento e ampliação do CREPOP, considerando também o processo de interiorização da equipe regional, visando a produção, divulgação e atualização de referências técnicas relativas à prática profissional no âmbito das políticas públicas, bem como de temas específicos/transversais pautando os Direitos Humanos para qualificação do exercício profissional como ferramenta gerencial, possibilitando a ampliação do diálogo com gestores públicos na perspectiva da intersectorialidade.
- Potencializar articulações com a Secretaria de Promoção e Igualdade Racial, junto com a OAB, Secretarias de Educação e de Assistência Social para realizar ações que promovam redução de vulnerabilidades de acesso à educação e benefícios sociais da população negra, indígena e demais comunidades tradicionais, com ênfase nos aspectos de gênero, território e promoção de laicidade.

11. Articulação junto aos Movimentos Sociais

É preciso movimentar a Psicologia junto a outros movimentos sociais que reflitam a vida e suas intempéries, e compreendam a necessidade que há em construir melhores caminhos para a nossa sociedade, particularmente aqueles que se debruçam sobre a realidade do estado da Bahia em seus variados contextos e demarcadas exclusões. **Portanto, nos posicionamos em favor da articulação do Sistema Conselhos junto aos movimentos sociais, e pautamos a urgente necessidade de produzir e reinventar essas aproximações na realidade da Psicologia baiana.**

Proposta:

- Reforçar as articulações, aproximações e apoio aos Movimentos Sociais em diferentes territórios baianos, que tem uma história de vinculação com o CRP03-BA, tais como o Movimento de População em Situação de Rua; Movimento social Negro; Movimentos sociais Feministas e de Mulheres; Movimento social LGBT; Movimento social de pessoas com deficiência; dentre outros.

Ampliar os debates pelo Sistema Conselhos , garantindo a atuação da/o psicóloga/o, com o sistema de justiça , comunidades periféricas e movimentos sociais, sobre as condições da população carcerária e sua família (com ênfase na juventude negra e população feminina), incluindo os(as) adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade, e seus impactos sociais e psicológicos com atenção à criminalização da pobreza.

- Manter as discussões e ações em defesa dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, incluindo a assistência às mulheres em situação de abortamento e defendendo a legalização do aborto seguro a todas.

12. Articulação junto às Lutas Sindicais

É preciso movimentar a Psicologia a partir dos diferentes dispositivos que se debruçam sobre o bom exercício de nossa profissão. **Logo, nos posicionamos como coletivo que compreende os limites e possibilidades do Sistema Conselhos na luta por melhores condições de trabalho às psicólogas e aos psicólogos, e precisamente por isto acreditamos na necessidade de aproximar este dispositivo daquelas/es que assumem o frente das lutas em defesa do bom trabalho de nossa categoria.**

Propostas:

- Planejar ações junto ao SINPSI-BA para orientações acerca de questões trabalhistas (carga horária, salário,

vínculos, estruturas físicas de equipamentos, etc) no âmbito de política pública, bem como nas instituições privadas em parceria com o Ministério Público, possibilitando a articulação de ações políticas com o SINPSI-BA e com a FENAPSI para garantir a aprovação do Projeto de Lei do Piso Salarial da Psicologia e das 30h para a categoria e estimular a realização de concursos públicos nos municípios acompanhando esses processos sistematicamente.

- Articular e potencializar parceria com o SINPSI e Fóruns de Trabalhadores para acompanhar orientar e fiscalizar os processos de contratação (processo seletivo, concursos e contrato em regime especial) dos profissionais em psicologia pelo Poder Público na esfera municipal.

- Formar uma comissão de articulação política entre o Sistema Conselhos e as entidades sindicais da Psicologia para diálogo e acompanhamento das comissões legislativas em que tramitam os projetos de lei referentes à jornada de trabalho de 30hs semanais e piso salarial para psicólogas/os e a PL que dispõe sobre a inserção de psicóloga/os na educação; bem como construir estratégias de mobilizações regionais entre Sistemas Conselhos e entidades sindicais sobre piso salarial e jornada de trabalho de 30hs, garantindo o apoio do CRP-03 ao SINPSI-BA na construção conjunta das pautas e lutas da Psicologia baiana.

- Articular apoio ao SINPSI e outras entidades de trabalhadores da saúde com fins em normatizar a relação com os convênios de saúde, considerando a autonomia profissional quanto ao tempo de atendimento, valores de repasse e exercício profissional.

- Articular junto ao SINPSI e outras entidades da Psicologia nos espaços deliberativos das políticas de saúde (Conselhos, Conferências, dentre outros) sobre a obrigatoriedade da presença da/o Psicóloga/o em serviços de atenção básica à saúde.

- fazer gestão junto ao SINPSIBA, FENAPSI, ABCTRAN para fortalecer a luta da categoria pelo cumprimento da tabela referencial de honorários, previstas em resolução do CONTRAN e descumprida pela DETRAN-BA.

- Articular entre FETSUAS, COREPAS, Sindicato entre outras, quanto ao combate à precarização das relações de trabalho no SUAS;

- Articular entre FETSUAS, COREPAS, Sindicato entre outras, quanto ao combate à precarização das relações de trabalho no SUAS

- Promover discussões e formulações de propostas junto ao Conselho e Sindicatos e demais a fim de articular a implementação de equipe técnica multiprofissional, com inserção de profissional psicólogo (a) nas Varas de Infância e Juventude.

- Apoiar as ações do sindicato e a da ABEP, bem como estimular a criação de núcleos de outras entidades nacionais, a exemplo da ABRAPSO, ampliando suas ações para o interior.

Estes são os doze princípios e as propostas que regem a construção de um projeto para a Psicologia baiana, que vem sendo costurado a muitas mãos pela **Chapa 12 e Coletivo Psicologias em Movimento**. Venha conosco movimentar as Psicologias nos quatro cantos da Bahia!